



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 919, de 2011

Acrescenta o § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de se informar o valor total a ser pago pelos consumidores nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários.

Autor: Deputado REGUFFE

Relator: Deputado CÉSAR HALUM

PARECER DO RELATOR

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em questão altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação das informações que estipula na aquisição de produtos e serviços, inclusive mediante financiamento.

Além da presente Comissão, a proposição será analisada também pela Comissão de Finanças e Tributação (mérito) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Durante o prazo regimental, foi sugerida uma emenda pelo Deputado Júlio Delgado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Vem em boa hora o projeto de lei em epígrafe que tem por escopo ampliar o rol de informações ao consumidor no momento de adquirir um produto ou serviço.

Conforme bem argumenta o ilustre Deputado Reguffe, autor da proposição, “sabemos que, diante das várias condições de pagamento oferecidas pelos fornecedores na tentativa de se vender algum bem ou serviço, o que mais importa ao consumidor, que é quanto ele irá gastar nesta compra, acaba por ficar obscuro e impreciso, causando incertezas e confusões na mente do consumidor acerca do seu valor total. Isso também se aplica aos empréstimos e financiamentos bancários que, ao contraí-los, nunca se sabe ao certo quanto pagará ao final de sua quitação.”

Por isso não há como reconhecer a importância da proposta e apoiá-la.

No caso das instituições financeiras a determinação imposta pelo projeto já se faz presente por meio da Resolução nº 3517, de 6 de dezembro de 2007, ao estabelecer que as instituições financeiras previamente à contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, com pessoas naturais e com microempresas e empresas de pequeno porte, deverão informar o Custo Efetivo Total (CET) da operação.

O CET deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros, inclusive quando essas despesas forem objeto de financiamento.

No intuito de aprimorar a matéria entendemos relevante ampliar o rol de informações que devem ser dadas ao consumidor quando da utilização de empréstimo e financiamentos. Esse é o propósito da Emenda nº 1 proposta nesta Comissão, que conta com nosso apoio.

Entendemos que o Custo Efetivo Total é um parâmetro importante que subsidia o consumidor na comparação das ofertas, de modo a optar por aquela que melhor se apresente a partir de sua realidade financeira.

Do mesmo modo, é preciso explicitar as hipóteses em que há contratos com indexador pós-fixado, uma vez que, nesses casos, não há possibilidade de prestar as informações antecipadamente.

Também há casos de comissões e outros encargos que são omitidos do consumidor, de modo que sugerimos emenda visando explicitá-los.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 111, de 2011, e da Emenda nº 1 proposta nesta Comissão, nos termos do substitutivo que oferecemos.

Sala da Comissão, de abril de 2011.

Deputado CÉSAR HALUM

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 919, de 2011

Acrescenta o § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de se informar o valor total a ser pago pelos consumidores nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários.

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 2º:

§ 2º Nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários, fica obrigatória a explicitação do seu preço para venda à vista e parcelado, as respectivas taxas de juros, tarifas, taxas, comissões, todos os impostos e custos incidentes na operação, além do Custo Efetivo Total e despesas cartoriais, se houver.

§ 3º Nos contratos com indexador pós-fixado, a apresentação de que trata o parágrafo anterior deverá ser feita pelos valores nominais informando-se o indexador a ser contratualmente aplicado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de abril de 2012.

Deputado CÉSAR HALUM

Relator